
Dossiê Religião e Esfera Pública

Sobre as tensões e as ambiguidades relacionadas à presença das religiões na esfera pública

*Romi Márcia Bencke*¹

A religião é um fenômeno assombroso que desempenha funções contraditórias na vida das pessoas. Ela pode destruir ou revitalizar, pode alienar ou despertar, pode escravizar ou emancipar, ensinar docilidade ou rebeldia².

RESUMO

Em um tempo em que a presença da religião no espaço público não pode ser ignorada, é necessário identificar quais os papéis desempenhados pelas organizações religiosas, a natureza da sua missão e os princípios e valores que reforçam. A partir da compreensão de que a religião pode tanto contribuir para o fortalecimento de valores emancipadores, quanto para fortalecer valores de sobrevivência, este artigo problematiza a presença da religião na esfera pública, a partir das ambiguidades e tensões presentes na relação entre tradição e modernidade.

PALAVRAS-CHAVE

Religião; modernidade; fundamentalismo.

¹ Bacharel em teologia pelas Faculdades EST, mestre em Ciências da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Secretária Geral do Conselho Geral de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC.

² Ali Sharyati, sociólogo de origem iraniana e reformador Islâmico. In: HABERMAS, Jürgen, TAYLOR, Charles; BUTLER, Judith; WEST, Cornel. El poder de la religion en la esfera pública, p. 111.

ABSTRACT

In a moment when the presence of religion in the public sphere can't be ignored it's necessary to identify the roles played by religious organizations, the nature of its mission and the principles and values that they reinforce. Departing from an understanding that religion can both contribute to the strengthening of emancipatory values and to strengthen survival values, this paper discusses the presence of religion in the public sphere. It also considers the ambiguities and tensions the relationship between tradition and modernity contains.

KEYWORDS

Religion; modernity; fundamentalism.

A religião e suas ambiguidades

É no mínimo intrigante que nos primeiros quinze anos do século XXI a religião tenha ocupado espaços nada irrelevantes na política, na mídia e, por que não, na economia. Ao contrário do que prognosticavam os teóricos da secularização, o avanço da modernidade não representou a ausência da religião na esfera pública. O século XXI, que imaginava-se iniciaria com pouca religião, iniciou com muita religião. O mais curioso, é que a religião que se expressa na esfera pública nem sempre é adaptada a uma era secularizada. As narrativas religiosas em evidência tendem a reafirmar e impor suas compreensões de mundo. Não são poucas as narrativas religiosas que procuram impor regras normatizadoras para o conjunto da sociedade, apresentam-se como a “única verdade” e também o único caminho para a salvação. Há uma tendência de serem intolerantes entre si e com grupos sociais, estilos de vida e valores sociais que poderiam estar em contradição com o seu conjunto de normas morais. A tentativa de entender esse fenômeno, no mínimo curioso, tem mobilizado teóricos e teóricas da secularização.

Por que esse novo milênio inicia com uma presença da religião na esfera pública de forma tão pouco secularizada e racionalizada? Será a religião ressurgindo das cinzas, qual fênix? Ou será que este ressurgimento tem relação justamente com o aprofundamento do desencantamento

do mundo? Nesse sentido, esta forte presença da religião na esfera pública através de expressões, por vezes violentas e pouco abertas para o diálogo seriam uma espécie de último suspiro de algo que agoniza? A questão é, porque a religião ou as religiões, que têm como pressuposto a relação entre o divino e o humano, a promoção da paz, a coexistência entre diferentes pessoas e grupos sociais, torna-se, em determinados momentos da história humana, a aparente razão de conflitos, perseguições e guerras?

O economista José Luis Fiori, no contexto da crise migratória, escreveu um artigo no *Jornal Valor Econômico*, chamado “Depois da Ponte”. O artigo foi escrito em Sarajevo, cidade que nos últimos anos do século XX, sofreu contínuos bombardeios, cujo saldo final foi 12 mil mortos e 50 mil feridos. Fiori lembra que ao longo de 1300 anos, Ocidente e Oriente e suas expressões religiosas majoritárias, cristianismo e islamismo, “estabeleceram entre si uma relação indissolúvel de guerra e complementaridade, admiração e ódio”. Essa relação impulsionou a capacidade produtiva do ser humano em direção ao “mundo moderno do sistema interestatal e do capitalismo”. Nesse processo a Europa ocidental saiu fortalecida, enquanto o mundo muçulmano se transformou em uma região periférica. Fiori reflete que não é estranho o fato de que foi justamente nessa região que foram travadas as guerras balcânicas que envolveram cristãos ortodoxos, romanos e muçulmanos. Essas guerras forçaram o deslocamento de 2,5 milhões de pessoas.

Em diferentes momentos da história, as civilizações aniquilam-se umas às outras em infindáveis guerras civis: “o protestante contra o romano, o sunita contra o xiita”³. As cruzadas e as Jihads se reinventam e se reatualizam. As consequências dessa reinvenção e reatualização se mostram nas cinco guerras ou intervenções “ocidentais” e nove guerras civis ou religiosas do lado do mundo islâmico⁴.

Assim como em séculos anteriores, o traçado geopolítico do mundo está sendo redesenhado com uma forte presença/instrumentalização da religião. Poderia ser esse um caminho para se compreender a presença da religião na esfera pública e nos conflitos atuais?

³ BRAUDEL, F. “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo”, citado por FIORI, José Luis. *Depois da Ponte*. Valor Econômico, 20/10/2015.

⁴ FIORI, 2015.

O Brasil não experimentou um processo de secularização que relegou a religião única e exclusivamente à esfera privada. Nosso espaço público nunca deixou de ser religioso. Nossa esfera pública sempre foi ocupada por procissões, oferendas, festas religiosas, feriados santos. A novidade, talvez seja, a pluralização do religioso na esfera pública. Não é mais possível falar de uma religião. Hoje fala-se de religiões.

Esse novo cenário, ao invés de impulsionar para o aspecto positivo da diversidade religiosa tem sido usado para justificar, legitimar e incentivar a perseguição e a agressão contra diferentes expressões religiosas. A Rede Ecumênica da Juventude (REJU) sistematizou os principais casos de intolerância religiosa divulgados pela imprensa⁵. A sistematização identifica, por exemplo, que entre julho de 2012 e dezembro de 2014, o Centro de Promoção da Liberdade Religiosa, ligado à Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro registrou mais de mil casos de intolerância religiosa. O mais conhecido foi a agressão sofrida por Kayllane Campos, apedrejada quando saía de um culto do Candomblé. A sistematização realizada pela REJU aponta ainda vandalismo contra o Centro Espírita “Associação A Caminho da Luz” e invasões a terreiros no Mato Grosso do Sul, agressão à imagem de Nossa Senhora do Caravaggio no Rio Grande do Sul, agressões contra muçulmanos no Rio de Janeiro. Não se pode deixar de lado as perseguições sofridas pelos povos indígenas, em especial os povos Guaranis no Mato Grosso do Sul. Aproximadamente 36 igrejas atuam no estado com o objetivo de converter os indígenas. As práticas, ritos e elementos litúrgicos indígenas são satanizados.

A perseguição às tradições religiosas de matriz africana, além de expressar a intolerância religiosa aponta também para o racismo, bastante forte no país e para o patriarcalismo, uma vez que essas tradições apresentam um protagonismo significativo de mulheres como lideranças religiosas. As agressões às tradições religiosas indígenas têm estado fortemente ancoradas na disputa por terra e, nesse caso, é possível identificar intolerância religiosa e agronegócio.

⁵ <http://reju.org.br/blog/2015-marcas-que-ferem-a-liberdade-de-fe-desafios-p/>, acesso em 09 de fevereiro de 2016.

Outra característica da presença da religião na esfera pública brasileira é a forte instrumentalização entre religião e política e vice-versa. Esta instrumentalização tem como característica principal a defesa de valores morais conservadores, por um lado, e a defesa de interferência mínima do Estado na economia, por outro lado.

A interferência mínima do Estado na vida das pessoas fomenta a maior influência religiosa na vida privada das pessoas. Como nota Boaventura de Souza Santos⁶, grupos cristãos fundamentalistas identificam a sociedade moderna como a grande inimiga, uma vez que liberalizou a família, a educação e o aborto. Isso representou, na visão desses grupos, uma traição aos valores cristãos. Tais grupos preconizam o “reenvio para o domínio privado de questões que os movimentos de emancipação, nomeadamente de mulheres e dos homossexuais, remetem para o espaço público”⁷. Nos Estados Unidos, como segue observando Boaventura, esses grupos cristãos, formados por organizações como Maioria Moral, a Voz Cristã e a Mesa Redonda Religiosa, reivindicam “simultaneamente, a cristianização das estruturas do Estado, como por exemplo, as da educação”. Para esses grupos, o retorno da “ordem perdida” passa pela menor intervenção do Estado na vida privada, por uma articulação entre a ética cristã da responsabilidade e pela economia de mercado. Isso está ilustrado no resgate feito por Boaventura de parte do discurso do presidente do Instituto para a Economia Cristã (IEC), Gary North, que apresenta os objetivos do Instituto:

O IEC destina-se a defender que a ética bíblica requer inteira responsabilidade pessoal, e esta ação humana responsável floresce mais produtivamente num enquadramento de governo limitado, de descentralização política e de interferência mínima do governo na economia⁸.

O contexto parece indicar que a citação do sociólogo iraniano Ali Sharyati que abre este texto é bastante atual, justamente por não esconder as tensões que fazem parte da natureza de toda e qualquer organização

⁶ BOAVENTURA, de Souza Santos. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013, p. 66.

⁷ BOAVENTURA, 2013, p. 66.

⁸ BOAVENTURA, 2013, p. 67.

religiosa, que é sua capacidade de poder destruir ou revitalizar, escravizar ou emancipar, ensinar docilidade ou rebeldia... ou então, de promover a paz ou promover a guerra.

Ter consciência dessas ambiguidades e tensões é um passo relevante para refletirmos sobre as responsabilidades e desafios colocados para a responsabilidade social das religiões.

Falar a respeito dessas ambiguidades não é novo. O próprio Jesus Cristo apontava tais contradições em sua época:

Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas. Não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til será jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra. Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus. Porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no reino dos céus (Mateus 5,17-20).

Nessa citação bíblica estão contidas as ambiguidades: manter-se fiel à Lei e aos profetas ou ultrapassar a justiça dos escribas e dos fariseus? Eis a tensão permanente com a qual organizações baseadas na fé são confrontadas cotidianamente. O desafio está em lidar com as contradições presentes entre ser organizações ameaçadoras e inspiradoras, consoladoras ou desoladoras, acomodadoras ou inquietadoras.

O pano-de-fundo dessa tensão é que o processo de modernização não eliminou a religião da esfera pública, mas a desafiou a renunciar à imposição violenta de seus princípios e valores. O processo de modernização provoca a religião a adaptar-se aos avanços da ciência, detentora do monopólio do conhecimento não religioso. Além disso, as comunidades religiosas são desafiadas a adaptarem as premissas de sua fé às premissas seculares do Estado⁹. Nesse sentido, ao contrário do que se imaginou, a secularização não conseguiu restringir a religião ao âmbito privado. A religião sempre continuou presente na esfera pública. O processo de

⁹ HABERMAS, Jürgen. *Mundo de la vida, política y religión*. Madrid: Editorial Trotta, 2012, p. 276.

modernização desafia a religião a atualizar e transformar a sua forma de presença na sociedade e isso gera tensões. O fundamentalismo religioso é uma das consequências dessa tensão.

A tensão entre religião e modernização

As religiões continuam tendo o mandato de preservar suas tradições, no entanto, o processo de modernização provoca as religiões a atualizarem suas tradições. Surge a tensão entre defender a tradição pela tradição e atualizar a tradição para que ela continue atualizada. Nessa tensão podem ser identificadas as diferentes formas em que as organizações religiosas atuaram na esfera pública.

Anthony Giddens, em um artigo chamado “Admirável Mundo Novo”, analisa a relação entre tradição – modernidade – fundamentalismo – conservadorismos... Diz ele:

A preservação da tradição não pode se apoiar no significado que teve anteriormente, qual seja, a relativa preservação irreflexiva do passado. Porque a tradição defendida de forma tradicional torna-se fundamentalismo, uma visão por demais dogmática para que nela se baseie o conservadorismo que vê na realização da harmonia social ou na de uma nação uma de suas principais razões de ser¹⁰.

Fundamentalismo e conservadorismos não estão isolados dos sistemas econômicos e políticos. Na conjuntura atual, experimenta-se um novo avanço do neoliberalismo. Portanto, não é de surpreender que, junto com este avanço, surjam de maneira bastante contundente ondas conservadoras e fundamentalistas. Talvez, caberia a pergunta se não estaria aqui uma contradição por si só, tendo em vista que o neoliberalismo é uma força que destrói as tradições em favor do desenvolvimento das forças do mercado. Para impor-se, o neoliberalismo precisa de um individualismo convicto e forte.

¹⁰ GIDDENS, Anthony. *Admirável Mundo Novo. O novo contexto da política*. Caderno CRH, Salvador, jul/dez, 1994, p. 15.

No entanto, a realidade é mais complexa, o neoliberalismo, na verdade, dá continuidade à tradição pela legitimidade que ela confere ao conservadorismo naquilo que diz respeito à religião, gênero e família. Não se pode esquecer que o crescimento de uma sociedade de mercado é a causa fundamental da promoção das forças desintegradoras que afetam a vida das pessoas. Essas forças geram inseguranças, incertezas. Cenário fértil para o florescimento dos fundamentalismos e conservadorismos. Isso porque, o neoliberalismo, ao identificar estas forças desintegradoras, instrumentaliza a tradição de forma fundamentalista. O outro se torna o demônio, reforçam-se modelos tradicionais de família, controla-se a sexualidade. A religião torna-se violenta, impositiva de normas de conduta e não dialogal.

No caso brasileiro, a relação entre fundamentalismo religioso – conservadorismo e neoliberalismo, poderia, talvez, ser identificada na aliança entre o que se convencionou identificar no Congresso Federal como as “bancadas da Bíblia, do Boi e da Bala”.

No momento em que se experimenta no Brasil um novo vigor do ideário neoliberal, não surpreende que estejam tramitando no Congresso Federal Projetos de Leis como: Redução da Maioridade Penal, Lei Anti-Terrorismo, revogação do Estatuto do Desarmamento e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 99/2011, que altera a Constituição para permitir que entidades religiosas proponham ações de constitucionalidade ou inconstitucionalidade perante o ST. Outra Proposta que poderia ser analisada a partir dessa perspectiva é a PEC 215, que transfere do Executivo para o Legislativo a atribuição de oficializar terras indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas. Da mesma forma, podem ser analisados outros Projetos Lei como o Estatuto do Nascituro, Dia do Orgulho Heterossexual, Criminalização da Heterofobia, Estatuto Jurídico da Liberdade Religiosa. Isso, sem citar a polêmica levantada por alguns grupos religiosos em relação à perspectiva de gênero nos Planos Municipais de Educação.

Além desses Projetos Lei, existem outros que estão tramitando no Congresso, voltados para ampliar direitos e privilégios de organizações religiosas. É o caso do Projeto Lei 2909/15 que tornaria nulos de plenos direitos os atos administrativos e as decisões judiciais na parte em que estabeleçam restrições, modificações ou intervenções nas áreas adminis-

trativa, fiscal, financeira ou de gerência de organizações religiosas. Isso significa que organizações religiosas estariam liberadas de se submetem ao regramento do Estado como estão sujeitos todas as pessoas físicas e jurídicas. O Projeto Lei 2.848/2005 propõe que se acrescente inciso ao artigo 142 da Lei n. 2.848 de 7/12/1940, Código Penal. Este inciso ao ser acrescentado, excluiria professores e ministros religiosos dos crimes de injúria e difamação quando expressarem opinião baseada em preceitos religiosos. Por fim, o Projeto Lei 2756/2011 que trata do “exercício dos atos litúrgicos por parte de clérigos” propõe que as religiões estabelecidas têm o direito de conduzir os seus ritos, doutrinas e dogmas litúrgicos de acordo com os ditames dos respectivos códigos religiosos. Para organizações de direitos humanos, isso poderia significar a legitimação do preconceito, discriminação contra grupos minoritários¹¹.

Todas essas iniciativas são compreendidas por organizações de direitos humanos como ameaças constantes ao Estado Laico e estão colocadas no âmbito do avanço neoliberal que instrumentaliza a religião para poder se legitimar.

A pergunta natural poderia ser se essa percepção não seria por demais exagerada, representando quase uma “política conspiratória”. Pode até ser. No entanto, não se pode ignorar que o Brasil é um país bastante religioso. O Congresso é como um espelho da sociedade. Os parlamentares foram eleitos por voto popular. Há uma identificação e uma concordância de boa parte da população em relação às medidas conservadoras que tramitam no Congresso. Ilustro isso com dados da Pesquisa da Onda Mundial de Valores. Essa pesquisa mostra um retrato interessante do Brasil.

Sobre crer em Deus, pertencer e praticar uma religião

A Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*) é uma rede global de cientistas sociais que estuda as mudanças de valores e seus impactos na vida social e política. A pesquisa começou em 1981 e é aplicada

¹¹ <http://reju.org.br/blog/a-laicidade-no-brasil-liberdades-x-privilegios/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2016.

aproximadamente a cada quatro anos em mais de cem países, representando 90% da população mundial. Seus resultados contribuem para analisar questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, democratização, religião, equidade de gênero, capital social e bem-estar subjetivo. A última pesquisa, realizada no período de 2010 a 2014 apresenta alguns dados interessantes sobre o Brasil no que diz respeito à religião:

Segundo os resultados da pesquisa:

- 98,4% dos brasileiros acreditam em Deus;
- 79,7% se consideram pessoas religiosas, independentemente de participar de eventos religiosos;
- 87,5% consideram Deus muito importante. No entanto, 84,7% acham mais importante fazer o bem para outras pessoas do que seguir normas religiosas. Enquanto, 12,6% creem ser importante seguir normas religiosas.

A pesquisa identificou também que:

- 49,9% das pessoas entrevistadas são membros ativos em sua organização religiosa;
- 38,7% considera a tradição muito importante, enquanto para 23,8% das pessoas a tradição é importante;
- 69,6% das pessoas, a religião tem o papel de dar sentido à vida nesse mundo;
- 40,8% das pessoas afirmam não se interessar por política;
- 58,6% das pessoas afirmam não acreditar de jeito nenhum em partidos políticos.

Em relação a questões importantes para a concretização de valores sociais emancipadores, a pesquisa revela outros dados interessantes. Por exemplo, no que diz respeito a confiar em grupos de outros países, a pesquisa indica que 38,8% não confia em grupos de outros países, enquanto 29,8% confia parcialmente.

No que diz respeito à discriminação contra meninas e mulheres, 10,1% das pessoas acreditam que este é um dos principais problemas sociais do mundo. Outros 33,5% das pessoas entrevistadas concordam

que o fato das mulheres ganharem mais dinheiro que os maridos poderá causar problemas domésticos. Em relação a esta mesma pergunta, 17% acreditam parcialmente que o fato das mulheres ganharem mais dinheiro que os maridos pode contribuir para gerar problemas domésticos. Ainda sobre o trabalho da mulher, 44,1% das pessoas acreditam que pelo fato da mãe ter um trabalho remunerado as crianças sofrem mais. Dos entrevistados, 16,3% não concordam com essa afirmação. Em relação a temas como homossexualidade e aborto, dois temas bastante discutidos na política brasileira e que mobilizam algumas instituições religiosas e parlamentares com clara vinculação confessional, a pesquisa também revela dados interessantes. Em relação à homossexualidade, 34,3% considera que ela nunca é aceitável. Quanto ao aborto, 69,9% considera o aborto nunca aceitável.

Como vimos, a religião e a tradição desempenham papel importante para as pessoas. Há uma tendência das pessoas confiarem nas organizações religiosas mais do que confiam em partidos políticos. A religião é mais importante do que a política para a maioria das pessoas.

Nesse sentido, a responsabilidade das organizações é significativamente alta. Por isso, algumas perguntas tornam-se importantes, entre elas podem ser destacadas: Quando as pessoas falam da importância de fazer o bem e de acreditar em Deus, qual é o conteúdo presente no “fazer o bem” e “acreditar em Deus?” Quais os valores que orientam estas crenças e as “ações do bem”? Quando as pessoas destacam a importância da tradição, será que ali haveria abertura de não defender a tradição de forma tradicional, ou seja, acentuando a sua pureza e recusando o diálogo? Temos espaço para um engajamento dialógico de ideias no espaço público a partir da religião?

Estas perguntas tornam-se muito importantes se colocadas no contexto da pesquisa realizada pela Associação Brasileira de ONGS – ABONG com apoio do IBGE e do IPEA, publicada em 2005, sobre Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos. Essa pesquisa apontou que um quarto das organizações não governamentais que atuam no país, ou seja, 24,8% têm caráter religioso.

Outro dado importante apontado por esta pesquisa é que os grupos identificados como de “religião” cresceram 18,9%, no período entre 2002 e 2005. Em números absolutos, estes grupos estão entre os que

mais cresceram, representando a criação de 13,3 mil entidades que se dedicam a atividades confessionais¹².

Sabemos que organizações religiosas podem contribuir para a auto-organização das pessoas para empreendimentos comunitários e para gerar uma consciência crítica sobre os problemas e os efeitos negativos produzidos pelo capitalismo. No entanto, organizações religiosas também podem reforçar a lógica do Estado mínimo e a consequente desestruturação de serviços públicos com o objetivo de revitalizar a filantropia ou ações mais assistenciais, principalmente em ambientes em que a desigualdade social e econômica é acentuada. Talvez seja por isso que organismos multilaterais, entre eles, o Banco Mundial, têm nas organizações religiosas parceiros potenciais.

O contexto de aumento dos fundamentalismos, fascismos e conservadorismos nos coloca a pergunta urgente pelo papel da religião na sociedade. Está claro que as religiões têm um importante papel a desempenhar. A questão é se a sua atuação contribuirá ou não para fortalecer e ampliar espaços plurais de participação e se ela conseguirá ou não atualizar seus valores e princípios de modo a contribuir para a construção de espaços seguros de diálogo tão necessários para a superação de intolerâncias, preconceitos e discriminações. Em períodos marcados por crescentes ondas de intolerâncias e conflitos com motivações religiosas esse questionamento se torna essencial para uma reflexão aprofundada do papel da religião na sociedade.

Considerações finais

O artigo procurou problematizar a tensão histórica entre religião e processo de modernização, chamando a atenção para as ambiguidades presentes nessa tensão. Está claro que a religião continua desempenhando um papel ativo na sociedade. As pessoas tendem a participar mais da religião do que na política. Elas também tendem a se vincular mais a organizações religiosas do que a partidos políticos. A questão que se coloca é se em contextos de aparente crescimento de fundamentalismos e

¹² 2005, p. 49.

extremismos religiosos, as organizações religiosas conseguirão fomentar espaços seguros de diálogo entre tradição, modernização e ampliação de direitos humanos. Considera-se que sim, que as religiões conseguiriam fomentar esses espaços de diálogos e se estabelecerem pontes entre tradição e modernização, de forma a não defender a tradição pela tradição.

Referências

- Bíblia Sagrada com Reflexões de Lutero*. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.
- BOAVENTURA, de Souza Santos. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013.
- FIORI, José Luis. *Depois da Ponte*. Valor Econômico, 20/10/2015.
- GIDDENS, Anthony. *Admirável Mundo Novo. O novo contexto da política*. Caderno CRH, Salvador, jul/dez, 1994, p. 15.
- HABERMAS, Jürgen. *Mundo de la vida, política y religión*. Madrid: Editorial Trotta, 2012.
- SHARYATI, Ali. In. HABERMAS, Jürgen, TAYLOR, Charles; BUTLER, Judith; WEST, Cornel. *El poder de la religion en la esfera pública*. Madrid: Editorial Trotta, 2011.

Sites consultados:

- As Fundações Privadas e as Associações sem Fins Lucrativos no Brasil. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/comentario.pdf>. Acesso em 12 de novembro de 2015.
- <http://www.worldvaluessurvey.org>
- <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>. Acesso em 07 de dezembro de 2015.
- <http://reju.org.br/blog/2015-marcas-que-ferem-a-liberdade-de-fe-desafios-p/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2016.
- <http://reju.org.br/blog/a-laicidade-no-brasil-liberdades-x-privilegios/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2016.